

Relato de Experiência



IX ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 4, 5 e 6 de novembro de 2024

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DO PAPEL DA ODONTOLOGIA NA PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

Emilly Lavigne Silva Rodrigues¹;
Carla Beatriz Leal Oliveira²;
Antônio do Carmo Moreira Neto³;
Nilton César Nogueira dos Santos⁴;
Francisco Xavier Paranhos Coelho Simões⁵;
Livia Maria Andrade de Freitas⁶.

Introdução

É inequívoco que, na contemporaneidade, a violência configura-se como um grave problema de Saúde Pública e atinja milhares de crianças e adolescentes cotidianamente, comprometendo a qualidade de vida e o seu desenvolvimento enquanto indivíduo. Ao levar em consideração os dados divulgados pelo anuário Brasileiro de Segurança Pública, todos os tipos de violência contra este grupo aumentaram em 2022.

Portanto, em meio a esse cenário preocupante, foi alterada a Lei Orgânica da Saúde, nº 8.080, para incluir como princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) a proteção integral dos direitos humanos e especial atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes. Em muitos desses casos de maus-tratos, a punição pela força corporal é frequentemente usada, causando danos físicos, os quais podem ser identificados por profissionais de saúde como médicos e cirurgiões-dentistas.

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Projeto de Extensão da UESB. E-mail: rodriguesemilly2406@gmail.com.

² Acadêmica do Curso de Graduação em Odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Projeto de Extensão da UESB. E-mail: lealbeatriz150@gmail.com.

³ Cirurgião-dentista e residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família- PRMSF da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. E-mail: acmoreira.prmsf@uesc.br.

⁴ Cirurgião-dentista. Doutor em Odontologia. Docente do Curso de Graduação em Odontologia da UESB. Email: santosncn@uesb.edu.br.

⁵ Cirurgião-dentista. Doutor em Odontologia. Docente do Curso de Graduação em Odontologia da UESB. Email: fsimoes@uesb.edu.br.

⁶ Cirurgiã-dentista. Doutora em Odontologia. Docente do Curso de Graduação em Odontologia da UESB. Email: liviafreitas@uesb.edu.br.

Nesse sentido, o odontólogo tem uma oportunidade única de observar e interagir com as crianças, colocando-as em uma posição favorável para detectar sinais de abuso nas regiões craniofacial e oral, como marcas de tapas, traumas, contusões ou mordeduras, como também prestar apoio a fim de amenizar o sofrimento da criança.

Nesse contexto, destaca-se a relevância de discutir a violência infantojuvenil nos cursos de graduação da saúde, em especial na Odontologia, a fim de instruir futuros profissionais na identificação de situações sugestivas de maus-tratos. Isso porque, segundo a literatura, ainda há um elevado número de casos de abuso infantil que acontecem anualmente, muitos dos quais subnotificados, por conta de vários fatores, entre eles o desconhecimento por parte do profissional de saúde. Assim, é evidente o papel significativo do cirurgião-dentista na identificação, enfrentamento e notificação de casos suspeitos de violência às autoridades competentes.

Objetivo

Relatar as experiências vivenciadas em um projeto de extensão do curso de Odontologia de uma Universidade Pública no estado da Bahia, voltado para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em Jequié e municípios vizinhos, com vista a alertar a comunidade sobre a importância de combater maus-tratos infantojuvenis e oferecer assistência a todos os envolvidos, promovendo a conscientização e o apoio necessários para enfrentar essa problemática.

Descrição da Experiência

A experiência relatada resulta de um projeto de extensão, desenvolvido entre 2023 e 2024, com a participação de seis discentes e sete docentes do curso de Odontologia, além de um docente da disciplina de Libras e uma docente do curso de Fonoaudiologia. Com o objetivo de contribuir para a rede de enfrentamento da violência, o projeto desenvolveu atividades voltadas tanto para o público interno quanto externo, abrangendo docentes, discentes, pais, responsáveis, profissionais de saúde, cuidadores, crianças e adolescentes, respectivamente.

Durante esse período, foi oferecida assistência e atendimento clínico odontológico presencial, nas áreas de dentística, endodontia, odontopediatria e ortodontia. Implementou-se um questionário clínico, pouco utilizado nas universidades, para a identificação de casos de violência. Além disso, foram realizadas atividades de apoio emocional, como práticas integrativas, oficinas de teatro, alongamento e instruções de higiene bucal. Ações de prevenção foram realizadas em escolas, abrigos, instituições de caridade e centros de acolhimento, por meio de palestras e momentos educativos e lúdicos, como a festa de Natal e a ação de saúde bucal para crianças.

Como parte do tripé ensino, extensão e pesquisa de um curso superior público de qualidade, o projeto também buscou realizar entrevistas com profissionais de saúde, psicólogos, cirurgiões-dentistas e médicos, a fim de avaliar o grau de conhecimento destes sobre a identificação e notificação de casos de violência. Destaca-se ainda um período de orientação, com reuniões semanais entre os extensionistas e a coordenadora do projeto, nos quais foram preparados materiais e conteúdo informativo para alertar os profissionais de saúde e a comunidade sobre a identificação das formas e possíveis sinais de violência. Por fim, é importante ressaltar que as ações realizadas se deram de forma totalmente acessível ao público, por meio da utilização de folders informativos para distribuição na comunidade.

O projeto também inovou ao empregar tecnologias digitais, com postagens em formato de cards e vídeos no Instagram, grupos de apoio pelo *WhatsApp*, salas de acolhimento, palestras presenciais e online, além de lives com o Conselho Tutelar, Ministério Público e poder Judiciário.

Repercussões

A partir da observação, sob a ótica dos discentes, no transcorrer do projeto, foi realizado um estudo descritivo e reflexivo que avaliou os resultados das ações desenvolvidas durante a sua vigência. Ao final das atividades, percebeu-se uma ampla interação com o público-alvo por meio de atendimentos clínicos presenciais, que garantiram acesso a tratamentos odontológicos, que resultou em melhorias significativas na saúde bucal da população.

Tal feito foi importante para colocar em prática a integralidade do cuidado em saúde e permitir o acesso da população a consultas odontológicas. Igualmente, as visitas a abrigos, escolas, instituições de caridade e centros de acolhimento proporcionaram aos discentes a oportunidade de servir à comunidade, ao permitir que os beneficiados se sentissem acolhidos e bem cuidados.

Ademais, as palestras com foco na promoção em saúde, com compartilhamento de conhecimentos direcionados tanto ao cuidado bucal como também ao enfrentamento e combate aos maus-tratos infantojuvenis contribuíram para um acréscimo no aprendizado e conduta dos participantes. Além disso, os estudantes puderam vivenciar a realidade local e conhecer melhor o público envolvido, o que proporcionou crescimento pessoal e amadurecimento.

Outro aspecto positivo foi a produção científica, com a redação de artigos, apresentação de trabalhos em congressos e a publicação de um capítulo de livro. Por tudo isso, ficou evidente que o projeto de extensão não apenas colaborou para o desenvolvimento dos discentes envolvidos, mas também impactou significativamente o público-alvo, contribuindo positivamente para a comunidade.

Considerações Finais

Diante do exposto, ficou evidente que as ações extensionistas tiveram grande relevância para a sociedade, disseminando conhecimentos e fomentando discussões no campo do enfrentamento da violência infantojuvenil. Essas iniciativas estimularam a compreensão do público sobre a importância de combater, divulgar e notificar maus-tratos infantis, visando à promoção do bem-estar civil.

Além disso, a população foi informada sobre os sinais de violência, estabelecendo um estado de vigilância entre professores, profissionais de saúde, responsáveis e a sociedade em geral. O projeto também ofereceu apoio emocional às vítimas e ampliou o alcance das estratégias de enfrentamento em Jequié-Bahia e municípios vizinhos, ao criar uma rede de apoio e vigilância desse grave problema de Saúde Pública.

Por fim, houve uma contribuição significativa na formação acadêmica dos futuros cirurgiões-dentistas, tornando-os profissionais mais capacitados e atentos para intervir em possíveis situações de maus-tratos. Assim, a longo prazo, esses esforços colaborativos fortalecerão a capacidade de profissionais e sociedade civil organizada de prevenir e detectar abuso infantil, aumentando a eficácia na proteção e cuidado para com as crianças e adolescentes.

Descritores: Maus-Tratos Infantis. Odontologia. Relações Comunidade-Instituição.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências:

ALMUTAIRI, Manal; ALOMRAN, Ibrahim; ALSHAHRANI, Reema; ALI, Hall Aasafe; ALLAM, Rehab; ALESSA, Noura; HAFIZ, Zain . Child Abuse and Neglect: Awareness among Dental Students. **Healthcare**, Basel, v. 11, p. 2510, set. 2023.

NILCHIAN, Firoozeh; TARRAHI, Mohammad Javad; ZARE, Narges. A systematic review and meta-analysis of failure to take history as a barrier of reporting child abuse by dentists in private and state clinics. **Dental Research Journal**, Isfahan, v. 18, p. 41, jun. 2021.

TATE, Anupama Rao; FICHER-OWENS, Susan A; LUKEFAHR, James L. Oral and Dental Aspects of Child Abuse and Neglect: Clinical Report. **American Academy of Pediatrics**, Washington, DC, v. 154, n. 3, p. e2024068024, set. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização e funcionamento dos serviços correspondentes. Alterada pela Lei nº 14.592, de 2 de janeiro de 2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990.